



IBAMA – TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFA

por **PATRICIA DOS SANTOS CAMOCARDI***

O Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF é um meio pelo qual o IBAMA controla e fiscaliza atividades que tem maior potencialidade de risco ambiental.

As atividades sujeitas ao Cadastro – CTF são submetidas ao pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) criada pela Lei 6.938/81 e 10.165/2000.

A taxa - TCFA é um tributo instituído pela União e cobrado pelo IBAMA no exercício do seu poder de polícia no tocante às atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, que a princípio são aquelas sujeitas ao licenciamento ambiental.

No caso específico do óleo lubrificante usado e contaminado é considerado como resíduo tóxico persistente e perigoso não só para o meio ambiente, como também para a saúde humana. Daí a necessidade de algum tipo de controle da atividade pelo Poder Público.

Objetivando evitar contaminação, minimização da geração de resíduos, e até mesmo em função da capacidade de recuperação da matéria-prima, nobre que é o óleo lubrificante básico, o rerrefino foi escolhido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, através da Resolução nº 362/2005, como o destino obrigatório dos óleos lubrificantes usados ou contaminados

Em 13.10.2016, com a publicação da Instrução Normativa nº 6 ficou estabelecido que as atividades realizadas pelo estabelecimento associadas à troca de óleo lubrificante usado ou contaminado são enquadráveis no Anexo I

da Instrução Normativa IBAMA n.º 06/2013 (Tabela de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais) e devem ser declaradas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais CTF/APP e consequentemente estão sujeitas ao pagamento da taxa - TCFA.

Assim, as Concessionárias e revendedoras de veículos automotores que no seu conjunto de atividades de oficina desenvolvem a substituição de óleo lubrificante e hidráulico como parte do serviço de manutenção dos veículos automotores e recomendado pelo fabricante, ao entendimento do IBAMA, estão dentro do rol dos estabelecimentos sujeitos ao Cadastro – CTF/APP e pagamento da taxa - TCFA.

Como regra geral, o valor da taxa é uma correlação entre o porte da empresa x o potencial poluidor da atividade exercida. Aqui se origina a distorção no valor da taxa. O legislador, para definição do porte da empresa não levou em consideração o total da receita bruta anual diretamente relacionada ao desenvolvimento de atividade potencialmente poluidora e utilizadora de recurso ambiental, nem mesmo regulamentou a forma de apuração e comprovação de tais receitas.

Atualmente, para as Concessionárias e revendedoras de veículos automotores o valor da taxa TCFA se mostra bem expressivo, ou mesmo “arbitrário de tão irrazoável.

Muito embora exista compreensão por parte do IBAMA e Ministério do Meio Ambiente quanto a essa distorção, que atinge o setor da distribuição de veículos automotores e outros muitos setores, a edição isolada de mero ato

administrativo objetivando corrigir o problema não se sustenta ao longo do tempo, exemplo da Instrução Normativa nº 5 de 20.03.2014.

As funções administrativas dos órgãos que fazem parte da administração pública e que trabalham na defesa do meio ambiente, dentre eles, o IBAMA são fiscalizadas pelo Ministério Público que repudiou a alteração promovida pela Instrução Normativa nº 5 de 20.03.2014 desde a sua edição.

Dessa forma, a segurança jurídica para as Concessionárias e revendedoras de veículos automotores acerca da incidência e mensuração do valor da TCFA em atividade associada à troca de óleo lubrificante usado ou contaminado, virá por decisão emanada do Poder Judiciário e ou alteração promulgada pelo Poder Legislativo.

E a pergunta que fica é: o que fazer até a vinda da segurança jurídica e face a intensificação de cobranças pelo IBAMA?

Em meio ao cenário atual, a alternativa às Concessionárias é buscar meios que suspendam a exigibilidade da exigência da TCFA, seja pela defesa e recursos em cobranças administrativas ou realização de depósito judicial em ação judicial.

A ABRADIT, com a finalidade de apoiar as Concessionárias Toyota afiliadas, aderiu a uma ação judicial em litis-consórcio junto com outras Associações de Marca contra o IBAMA e, neste caso, o depósito judicial deverá ocorrer nesses autos. O processo está sob apreciação pelo juiz do ingresso das entidades estaduais ou distritais, responsáveis pelo controle e pela fiscalização ambiental em nível regional, para que fiquem cientes da ação coletiva e se manifestem sobre o teor da demanda.

Nesse momento, mesmo com amparo judicial impedindo o IBAMA efetuar a cobrança, é recomendável, caso sejam suspensos os depósitos ou pagamentos, que tais valores sejam provisionados.

Patricia dos Santos Camocardi

Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie em 1992. Advogada militante na área de Direito Tributário, com curso de especialização em Direito Tributário e Direito Processual Tributário (pelo Centro de Extensão Universitária). Sócia do escritório Lopes da Silva e Associados Sociedade de Advogados.



Unidade para a troca rápida de pneu e de fluido de freio, podendo-se acoplar até 04 ferramentas pneumáticas diferentes ao mesmo tempo. Robusta, em aço carbono, ela conta um elevador de pneu para evitar esforço físico do operador. Esta unidade conta com 02 reservatórios para troca rápida do fluido de freio.

Pressão de alimentação: 116 psi
 Conexão de entrada: conector para engate rápido 1/4"
 Conexão das ferramentas: 04 engate rápido para 1/4"
 Pressão máxima de operação: 60 psi
 Reservatório fluido novo: 1 litro
 Reservatório fluido usado: 2 litros
 Capacidade máxima de elevação: 60 kg
 Altura máxima de elevação: 1120 (mm)
 Altura mínima de elevação: 420 (mm)
 Diâmetro máxima do pneu: 790 (mm)
 Diâmetro mínima do pneu: 490 (mm)



**QUALIDADE, TECNOLOGIA E O
 MELHOR CUSTO BENEFÍCIO QUE A
 SUA CONCESSIONÁRIA PRECISA!**



Consulte nosso Departamento Comercial: (15) 3384-8484 | (15) 9.9737-0062
coordenacao.automotivo@lupuslubrificacao.com.br | www.lupuslubrificacao.com.br